

**ATIVIDADE DE PESQUISA E
PRODUÇÃO DE TEXTO
ANOTAÇÕES SOBRE MÉTODOS E TÉCNICAS
NO TRABALHO INTELECTUAL**

REGINALDO C. CORRÊA DE MORAES

Departamento de Ciência Política
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

2ª edição

textos Didáticos
nº 33 – JULHO DE 2000

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 788.1604 / 788.1603 - Fax: (019) 788. 1589

SOLICITA-SE PERMUTA EXCHANGE DESIRED
--

Diretor: Prof. Dr. Paulo Miceli

Diretor Associado: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão de Publicações:

Prof^a Amneris Angela Maroni - DCP, Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Magali Mendes e Maria das Graças Almeida.

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcilio Cesar de Carvalho, José Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão

IFCH/UNICAMP

APRESENTAÇÃO

Este caderno reúne anotações que têm finalidades didáticas bastante modestas. Estão longe, muito longe de pretender qualquer originalidade. Pelo contrário, em parte resultam de leituras de outros trabalhos sobre técnicas e métodos de pesquisa que têm sido utilizados nos cursos de ciências humanas nos últimos 30 ou 40 anos. Trazem também apropriações de experiências próprias e alheias, observadas com algum cuidado e interesse. São ainda anotações que reúnem conselhos que tenho dado a estudantes que trabalham ou trabalharam sob minha orientação. Acreditando que possam ter alguma utilidade para além desse pequeno círculo, organizei-as de modo mais sistemático em dois textos. O primeiro consiste numa série de recomendações relativas à organização de uma agenda de pesquisa. O segundo aborda uma outra fase do trabalho, a exposição de resultados. Assim, procura apoiar a confecção de relatórios, monografias e dissertações.

1. Pesquisar - o que é?

Os tipos de estudos possíveis. Uma agenda para a pesquisa. Algumas observações a respeito das fontes. Estudos sobre autores, doutrinas ou escolas.

2. Pequeno guia para redigir dissertações, teses e relatórios de pesquisa.

A forma e o estilo. Formatos geralmente utilizados na apresentação de dados e evidências. As principais partes do relatório. A introdução. A apresentação das evidências – dados e documentos. As conclusões. Do rascunho inicial à revisão. Roteiro para verificar a qualidade final do relatório de pesquisa.

I. PESQUISAR - O QUE É?

Antes de mais nada...

O acesso a maior número de dados não faz de um imbecil um sábio. Essa frase, atribuída a Laplace, pode parecer desatualizada em nosso mundo, em que se afirma a onipresença da informação. Acontece que informação científica não é pura e simplesmente um “dado”. É algo que requer alguma estruturação, estando mais próxima, portanto, daquilo que também chamamos de conhecimento. Ela envolve a compreensão de significados, contextos, tendências, histórias, comparações, ordens. Listas ordenadas, planilhas estatísticas, gráficos e mapas, por exemplo, recortam, ordenam e estruturam os dados, de maneira a revelar algumas dessas dimensões do conhecimento.

Há quem afirme que a informação é infinita. Outros dizem que tudo no mundo é informação. Pode ser. Em todo o caso, mesmo sendo infinita, ela precisa ser organizada enquanto dure. E os modos de fazer isso – organizar a informação – esses não são infinitos. Há milhares de anos, os mais diferentes pensadores vêm repetindo, de diferentes maneiras, uma idéia básica: o conhecimento é, fundamentalmente, categorial, isto é, ele exige a classificação das coisas e idéias em determinadas categorias. E as categorias que temos diante de nós – ou atrás de nosso pensamento... – essas também não são infinitas. Se você pensar bem no mundo de informações que está à sua volta, você costuma classificar essas coisas e

idéias segundo meia dúzia de critérios, aproximadamente: os tipos (separando e agrupando coisas pelas suas semelhanças de forma e espécie); as distribuições em intervalos de tempo; em lugares (porções do espaço); pelo nome (a ordem alfabética, talvez a mais elementar e universal em nossa cultura); seqüência (pela ordem de grandeza, tamanho).

Por isso, ao colocar diante de si a necessidade de investigar e conhecer, diminua pelo menos a ansiedade dos “dados” e informações e procure, desde logo, estruturar seus objetivos. Se você não tem objetivos, ainda que inicialmente enunciados de modo genérico e provisório, as escolhas de método, caminho, procedimentos serão arbitrárias, determinadas pelo acaso, pela facilidade ou pelo senso-comum.

Pense na sua investigação como se ela fosse um mapa da sua cidade ou região. A carta geográfica traz a seu usuário o poder de mover-se com segurança. Diminui os desgastes físicos e psicológicos. Facilita o caminhar. O mapa é uma forma de referenciar – e nesse sentido assemelha-se a um gráfico, uma tabela, um calendário, uma agenda. Eles dão sentido e qualidade específicos a determinadas coisas, modelando portanto a imagem que essas coisas assumem na sua compreensão.

Pois bem, assim como para o mapa, pensando na sua investigação, pergunte sempre, e desde logo: para que deve servir? E em seguida: de que grau de precisão e detalhe necessito?

I. DEFINIÇÃO DO PROJETO

Algumas coisas devem estar claras desde o momento da formulação de um projeto de pesquisa. Essas definições, ainda que iniciais e modificáveis, ajudam bastante no estabelecimento dos objetivos e da relevância do trabalho. Ajudam ainda na elaboração de uma agenda para a realização efetiva da pesquisa. Procure redigir um texto, ainda que lacunar e provisório, dando conta das questões a seguir:

1. Procure definir com clareza e exatidão, primeiramente para você mesmo, e depois para o seu eventual leitor, qual o perfil geral do produto esperado de seu trabalho. Por exemplo, tente completar as sentenças a seguir. Responda se, no final da investigação, você espera ter:
 - (a) uma análise de ...
 - (b) um diagnóstico de ...
 - (c) prognósticos e previsões relativas a...
 - (d) uma série de diretrizes e recomendações para....
2. Qual a finalidade e eventual uso do seu trabalho de investigação, de levantamento e análise de dados e documentos? Ele permitiria responder a que tipo de pergunta? Possibilitaria que tipo de análise, conclusão, intervenção na realidade?
3. Qual o destinatário concreto de seu trabalho: quais pessoas, grupos ou instituições?

4. Que tipo de dado ou documento é necessário obter e analisar, para responder às perguntas que você formulou?
5. Onde estão as fontes para esses dados?
6. Qual a viabilidade da coleta ou levantamento desses dados?
7. É suficiente uma única aferição, ou será necessária uma coleta periódica, marcando diferentes momentos?
8. Quais os recursos materiais e humanos necessários à investigação? Em particular, será necessário contar com pessoal para coleta, tabulação, classificação, sistematização e análise? Será necessário um treinamento preliminar para esses auxiliares?
9. Que tratamento final você prevê para os dados? Relatórios analíticos? Uma dissertação ou tese acadêmica? Séries estatísticas? Artigos? Periódicos? Mapas?

II. OS TIPOS DE ESTUDOS POSSÍVEIS:

Em termos muito gerais, seu trabalho pode ter dois perfis:

- A. Estudo avançado, implicando teses originais e afirmações fortemente conclusivas. Aí é essencial garantir a exatidão, evitar enfoques enviesados e demasiadamente parciais, fornecer provas precisas de cada afirmação. Estudos desse tipo em geral visam, por exemplo:

- 1) definir características de uma situação, de um grupo ou instituição, ou mesmo de um indivíduo (pense num estudo sobre um autor ou personagem, por exemplo).
 - 2) elaborar categorias e modelos analíticos;
 - 3) verificar o modo e a frequência com que algo ocorre, se esse evento está ligado a outros, em que medida, etc.;
 - 4) verificar a hipótese de relações causais entre variáveis.
- B. Estudo formulador, descritivo ou exploratório. Com frequência, este estudo é uma preliminar indispensável, já que permite:
- 1) Definir problemas gerais, vocabulário, conceitos e categorias;
 - 2) Formular perguntas mais localizadas e definidas
 - 3) Elaborar explicações provisórias e suspeitas genéricas
 - 4) Sugerir hipóteses mais precisas, operacionais, mensuráveis ou verificáveis em geral
 - 5) Escolher tarefa realizável, gerando informação valiosa sobre a viabilidade do trabalho – tempo, dados, recursos, etc. – delimitando condições e prioridades para qualquer estudo futuro;
 - 6) Listar e priorizar problemas considerados cruciais por pessoas que trabalham ou trabalharam em determinado campo ou tema.
 - 7) Delimitar a área de conhecimento em que se enquadra o problema, seu contexto histórico, antecedentes, referência documental e bibliográfica mais geral. Assim procedendo,

inscrevemos as questões dentro de um campo de análise (uma escola de pensamento, uma disciplina, uma área de conhecimento). Passamos assim da formulação de um problema à definição de uma problemática, que inclui os processos pelos quais o problema é abordado, o quadro analítico em que o pensamos. Nessa tentativa de passagem do problema à problemática, somos levados a contrapor, cuidadosamente, diferentes interpretações, diferentes alternativas de abordagem, diferentes modelos teóricos.

III. UMA AGENDA PARA A PESQUISA

É possível prever que algumas estratégias serão úteis e viáveis para preparar estudos exploratórios. Uma delas é a observação sistemática, a imersão no fenômeno que se quer estudar. Outra, o estudo da literatura existente sobre o campo e áreas afins. Pode ser também interessante, para estimular a compreensão do fenômeno que você tem em vista, a análise de exemplos e casos análogos (ou contrastantes com). Ainda uma outra maneira de iniciar a investigação é identificar pessoas com experiência prática no campo estudado, realizando entrevistas com essas pessoas. Nesse caso, claro, é conveniente preparar o seu “informante”, por escrito, com antecedência, para que ele possa se municiar de informações adequadas.

A observação de pesquisas bem sucedidas nas Ciências Sociais tem mostrado que algumas situações são particularmente proveitosas para detectar relações entre fenômenos e compreensão de sua natureza. Por exemplo:

- a) para compreender características de determinada situação ou comunidade, pode ser revelador o estudo de reações de estranhos ou recém-chegados;
- b) ainda com relação ao caso anterior, pode ser proveitosa a observação de indivíduos ou grupos que se colocam à margem, na periferia da comunidade em questão, ou que com ela mostram comportamentos divergentes;
- c) estudo de indivíduos ou grupos que estão em transição de um estado para outro;
- d) estudo de “casos puros”, exemplos extremados de situações ou grupos.

Ao iniciar a formulação do projeto, você irá notar que as perguntas ou problemas a resolver provavelmente terão uma das seguintes formas (ou mais de uma dessas formas):

- 1) os acontecimentos seguem um mesmo padrão?
- 2) as circunstâncias que cercam certos resultados são diferentes?
- 3) certas condições conduzem necessariamente a determinados resultados?
- 4) O que acontece quando...?
- 5) O que aconteceria se... ?
- 6) Qual o modo mais eficiente de obter... ?

Por outro lado, a forma geral das respostas (provisórias) deverá ser algo assim:

- 1) tal evento ocorre em determinado caso;
- 2) o evento tem determinada relação com o tempo;
- 3) o evento tende a ser acompanhado de algum outro, mais ou menos constante;
- 4) o evento revela alterações quantitativas gerais: determinado aspecto é geralmente maior ou menor que algum outro;
- 5) certos fatores determinam a ocorrência ou predominância de outra característica ou evento.

Qual o significado das explicações provisórias? Sugerindo hipóteses elementares, orientam a busca de ordem entre os fatos. Além disso, delimitam a natureza dos dados que precisam ser coligidos para respostas mais precisas. E, finalmente, indicam a maneira de organizar esses dados de maneira mais eficiente no momento da análise e da exposição.

Cuidados especiais têm que ser tomados com os conceitos e categorias utilizados. É preciso procurar definições abstratas, gerais. Mas é também necessário, na maior parte das vezes, construir definições operatórias. Ou seja, é preciso definir as situações também em termos das operações através das quais serão representadas no estudo específico. Para isso, é preciso imaginar algumas operações que provoquem resultados, os quais, por sua vez, possam ser aceitos como “indicadores visíveis” do conceito.

IV. ALGUMAS OBSERVAÇÕES A RESPEITO DAS FONTES

Cuidados básicos devem ser tomados com os dados alfanuméricos. Os manuais sobre emprego de estatística em ciências humanas, em particular, trazem várias recomendações a esse respeito. Em todo o caso, alguns são mais gerais e devem ser lembrados:

- a) muitos dos dados são fornecidos por registros sociais criados para fins administrativos. Exemplos: registros de imóveis ou veículos, de processos judiciais, das informações de emprego e salário que os poderes públicos exigem das empresas. Ora, os registros variam – em amplitude e forma de tratamento – de acordo com necessidades administrativas para as quais foram inicialmente obtidos.
- b) Muitas vezes, não é evidente onde podemos encontrar dados e indicadores relativos a certos fenômenos. É necessário identificar, descobrir as próprias fontes, o que põe a prova a capacidade inventiva para descobrir materiais menos conhecidos.
- c) é preciso ter sempre em mãos a definição dos termos classificatórios que orientaram a coleta
- d) é preciso levar em conta os limites do próprio método da coleta de dados. Por exemplo, as declarações de renda subestimam ou superestimam certos valores, conforme conveniências dos informantes, que são parte interessada na manipulação do dado...

Suponha por exemplo que estejamos trabalhando com algumas fontes para dados alfanuméricos relativos à área de emprego e renda. Podemos classificar tais fontes nos seguintes tipos:

1. Inquéritos – cobrem um universo e não amostra, e são feitos através de levantamento dirigido exclusivamente para esse fim, isto é, para a medida dos fenômenos. Exemplo: Censos demográficos.
2. Cadastros obtidos a partir de registros legais e declarações obrigatórias de pessoas físicas e jurídicas (juntas comerciais, cartórios, registros de imóveis, registros de veículos, RAIS, etc.)
3. Cadastros obtidos a partir de registros não obrigatórios mas estimulados (pela conveniência e pelo interesse): catálogos telefônicos; catálogos de entidades como a Embratur, a Cacex, etc.
4. Cadastros de consumo de insumos específicos e indicadores de atividades (água, energia, etc.)
5. Cadastros de entidades públicas, registrando suas próprias atividades (exemplo: cadastro de unidades prestadoras de serviços de saúde, previdência, educação, etc.)
6. Cadastros obtidos a partir de recolhimentos obrigatórios (impostos, taxas, etc.), como IR (CGC), IPI, ICMS, PIS, FGTS, etc.
7. Cadastros de adesão voluntária – como os de associações de classe.

Outro tipo de fonte importante é constituído pelos documentos pessoais. Eles permitem, muitas vezes, que vejamos as outras pessoas do modo como elas próprias se vêem. Contudo, desde logo é bom notar que mesmo esse “modo de se ver” tem que ser levado em conta ... e explicado. Muitas vezes, esse tipo de depoimento dever ser lido com outro cuidado. Estamos nos referindo a distorções e “enganos” em situações nas quais o agente social tinha conveniência ou necessidade de fingir – por exemplo, a necessidade de mentir para não ser perseguido ou identificado. Os historiadores, em particular desenvolveram várias técnicas e cuidados para localizar “falsificações intencionais”. Ainda com relação aos documentos pessoais, é importante verificar – e levar em conta, para “ler” as informações – os motivos que teriam levado à sua criação. Para que aqueles depoimentos foram registrados, o que visavam, a quem se dirigiam, que tipo de resposta pretendiam induzir?

Evidentemente, há ainda uma série de outras fontes que os estudos de fenômenos humanos utilizam: jornais, revistas, criações artísticas, como as canções populares, a literatura de cordel, o cinema, os programas de radio e TV, etc.

V. ESTUDOS SOBRE AUTORES, DOUTRINAS OU ESCOLAS

O que é a pesquisa voltada para entender a doutrina de um autor, uma corrente teórica ou escola de pensamento? Quais os caminhos que podemos ou devemos tomar? Este tipo de estudo tem

particularidades às quais convém dedicar um cuidado adicional – um item à parte em nossa reflexão.

O pesquisador defronta-se desde logo com correntes que defendem abordagens e metodologias bastante diferentes nesses estudos, geralmente voltados para tópicos da história das idéias ou história da cultura. Pode-se privilegiar o significado de um texto entendido como a função (prática ou prático-teórica) que desempenhou em seu momento histórico, ou o modo como foi recebido por leitores posteriores. Pode-se contudo entender esse significado como a “intenção” do autor, o que em certa medida implica uma “biografização” do estudo, pelo menos no sentido de uma biografia intelectual do autor em causa. Pode-se privilegiar as articulações internas do discurso, concentrando nosso exame numa “explicação dos textos” que pergunte pela sua consistência, coerência e completude lógica. Pode-se ainda perguntar pelo significado que tal doutrina assumia para os contemporâneos do autor, como eles o comentavam, apoiando ou criticando suas asserções.

Todas essas vias envolvem algumas escolhas. Há algumas décadas, com a emergência dos métodos estruturalistas quase como uma “moda teórica”, todo um debate se estabeleceu entre aqueles que privilegiavam a estrutura interna dos textos e doutrinas (examinando o tempo lógico dos textos, a particular rede epistêmica que os constituía e que eles constituíam, ou o pensamento do autor segundo a ordem de suas razões) e aqueles que privilegiavam o aspecto histórico-genético das doutrinas (examinando sua

inserção em práticas sociais, polêmicas ideológicas, continuidade ou ruptura com tradições doutrinárias outras).

Resumindo parcialmente esse debate, arrolamos a seguir algumas reflexões sobre as virtudes e limites de duas grandes vias de acesso ao estudo de um pensamento, uma doutrina, uma escola teórica: aquela que poderíamos chamar provisoriamente de abordagem contextualista e aquela que chamaríamos, também provisoriamente, de abordagem lógico-filosófica. Desde logo, contudo, parece-nos apressado dizer que elas se excluam.

1. Virtudes da abordagem “histórica” ou contextualista

Este tipo de análise permite iluminar circunstâncias que situam a produção e também a *recepção* da obra – motivações dos autores, as rivalidades pessoais, as contendas políticas, as polêmicas ideológicas e religiosas, etc. Desenha-se, desse modo, o contexto intelectual e prático em que se inserem os enunciados. Isto nos permite examinar, por exemplo, como esses enunciados operavam em determinada polêmica, sua eficácia e o uso que deles se poderia fazer.

Deve-se notar, em apoio às técnicas de contextualização, que toda interpretação de uma doutrina depende também do exame de pressupostos semânticos e das práticas retóricas em uso nas circunstâncias em que o texto foi produzido e acolhido pelos leitores, simpatizantes e oponentes. E é claro que conhecimento detalhado

dos cenários históricos e intelectuais relevantes pode evitar anacronismos, simplificações, imputação de sentidos indevidos aos termos. A força e o refinamento de uma interpretação podem ser bastante ampliadas com a familiaridade que adquirimos no trato com os termos-chave do texto e da época, bem como com os padrões de discurso que permeiam textos com eles relacionados, ou com o conhecimento detalhado dos conflitos entre as instituições, grupos e escolas, das limitações e possibilidades que delimitavam o momento e as circunstâncias em que surgiu o texto.

O conhecimento histórico contribui para refinar a sensibilidade analítica. Isto pode visto por exemplo no aumento da acuidade do pesquisador diante dos termos e padrões linguísticos, para a sua capacidade de reconhecer os usos diferenciados das palavras ao longo da história, para as palavras que parecem familiares ao leitor menos avisado e que no entanto carregam, para o analista experiente e informado, estranhos e reveladores significados. Além disso, o conhecimento do contexto histórico pode aumentar a habilidade do pesquisador para decifrar ou mesmo adivinhar a presença e o papel de certos modelos de argumentação e construção textual, generalizados na época e presentes nos bastidores daquele discurso que estamos examinando. Padrões de argumentação, modos de equacionar problemas, ficam mais visíveis quando nos treinamos para identificar e compreender as formas com as quais apareciam no contexto em causa. Ou, visto de outro ângulo, com esse treino nos habilitamos também para localizar, tematizar e eventu-

almente explicar, a ausência desses modos e sua peculiar exclusão no discurso sob nossa lupa. É também esse tipo de conhecimento que nos permite notar como certos paradoxos, inconsistências e transformações na fala de um mesmo autor podem ser vinculados a “manobras táticas” no interior de debates e confrontos.

Se sabemos que o texto que examinamos constitui uma resposta a outros discursos, ou uma resposta a situações não-textuais, a desafios práticos, então pode ser extremamente útil um bom conhecimento desses contendores do texto, isto é, dos fatos ou discursos que se lhe opõem. A cena da fala ajuda a entender o personagem. E o conhecimento dos padrões de argumentação e construção textual dominantes no meio em que foi produzido permitem, até certo ponto, identificar (ou pelo menos suspeitar) os problemas e fatores que não estavam exata e completamente na consciência do autor.

Autores e doutrinas com as quais o pensador em exame concorda (ou discorda) nem sempre serão explicitamente referidos. Por vezes aparecem como interlocutores não nomeados – às vezes nosso autor responde a objeções que lhe foram feitos (ou imagina que seriam) por adversários que não nomeia; às vezes esses interlocutores sequer são reconhecidos conscientemente como tais pelo nosso próprio autor – ele dialoga, sem se dar conta a todo momento, com fantasmas que dirigem suas angústias e dilemas. Os vestígios desses empréstimos e combates – conscientes, deliberados ou não – muitas vezes só aparecem quando escavamos a linguagem do

autor e pelo menos estamos informados sobre o que se dizia (e como se dizia) na época em que ele escrevia. Como descobriremos essa trama, que constitui indelevelmente o próprio significado da fala de nosso autor? Muitas vezes pelas próprias alusões, pelos conceitos e noções empregadas e pelas imagens. O economista J.M. Keynes era conhecido pela “obsessão dos pressupostos” nas suas polêmicas contra a tradição neoclássica. Por quê? Porque desconfiava sempre que a adesão obtida pelos economistas do *laissez-faire* era fruto menos de seus argumentos explícitos e de seus malabarismos algébricos, e muito mais pelos argumentos implícitos – pré-conceitos – que podiam ser lidos apenas na “imagem” de mundo que subrepticamente funcionava como premissa não declarada de seus encadeamentos demonstrativos. A descoberta de tais elementos – demonstrativos ou imagéticos – depende substancialmente de uma reconstrução que só o conhecimento histórico permite.

Isto posto, será que o conhecimento contextual adquirido no processo de estudo aparece na análise, em todas as suas dimensões e detalhes? Não necessariamente. Ele pode e deve estar sempre nos bastidores, iluminando nossos movimentos argumentativos, mas pode ficar, em sua maior parte, justamente aí: nos bastidores.

Em suma, a interação entre texto e contexto é inegavelmente útil e recomendável para aumentar nossa capacidade de compreensão sobre o significado e as especificidades do pensamento sob exame, ou para explicar o impacto e a importância dessa obra, no

momento de sua publicação ou em ocasião posterior. Mas não basta para avaliar um texto do ponto de vista lógico ou filosófico.

2. Virtudes da abordagem “filosófica”, lógica ou imanente:

Medir a densidade de uma fala teórica não pode depender apenas da análise contextual. É preciso, desde logo, verificar se e como as premissas suportam as conclusões. E é também imprescindível verificar como essas premissas e conclusões se sustentam quando deslocadas de seu contexto original. O estudo histórico pode por exemplo mostrar o papel e poderes de uma argumentação numa determinada polêmica. Mas o pesquisador deve perguntar também como esse discurso se comportaria quando deslocado dessas contendidas – o que sobraria de seu brilho e vigor? Qual o poder, virtudes ou especificidades que sobrevivem, quando desenraizamos essa fala, quando a deslocamos da moldura que a disciplinava e do cenário que a iluminava?

A abordagem lógica (e mais ainda, a “filosófica”) envolve certa dose de especulação abstrata e parcialmente “desterritorializada”. Envolve por isso a admissão de algumas posições “metafísicas” por parte do analista-pesquisador. Pensemos por exemplo na tentativa de verificar em que medida um autor sustenta como conciliáveis doutrinas que reputamos díspares. Sob essa tentativa, na aparência pura e neutramente lógica, há um pressuposto de natureza filosófica e mesmo metafísica: a de que certas concepções re-

almente conflitam com (e até excluem) determinadas outras. Mas a detecção dessa disparidade, ela mesma, envolve uma investigação propriamente filosófica, um trabalho especulativo sobre as implicações, conexões e fundamentos de tais doutrinas, sobre o que elas supõem sobre o mundo e sobre aquilo que excluem. Para entender, por exemplo, porque o pensador que examinamos não percebeu tais inconsistências (ou, para ser mais exato, não as admitiu como tais), é necessário essa investigação sobre os nexos e “disnexos” dessas doutrinas – só assim, eventualmente, ela poderia ter tomado como compatíveis elementos tão estranhos...

Em suma, quando o pesquisador-intérprete tenta saber como um outro pensador admitiu sentenças incompatíveis, ele está implicitamente afirmando que tais sentenças são lógica e/ou ontologicamente incompatíveis. E, para sustentar essa sua posição própria, ele não têm como evitar a especulação filosófica.

É preciso em primeiro lugar reconstruir o argumento do outro em um modo que seria familiar e próprio a esse outro. Em certa medida, procurar ver os problemas definidos e enfrentados pelo autor do modo como ele os via. Essa exposição, embora envolva “sim-patia”, não implica adesão e concordância. Não se pede que o investigador abandone suas próprias convicções ou deixe de considerar condenáveis pontos de vista com os quais tem radical discordância. Não implica sequer deixar de apontar razões condenáveis pelas quais o outro adota tais posições de que discordamos. Pelo contrário, quando compreendemos esse outro do modo como ele

mesmo se entende, temos bases ainda mais sólidas para um combate a suas posições.

O conhecimento histórico – útil e decisivo como afirmamos – permite, entre outras coisas reconstruir determinantes (psicológicos, sociais, econômicos, etc.) dos quais o autor não necessariamente tem consciência. Mas, como se vê, *compreender* o pensamento não é reconstruir sua argumentação a partir de tais determinantes. Contudo, resta ainda um aspecto de nossa análise que vincula essas duas dimensões – a histórica e a filosófica, o contextualizar e o compreender. Resta ainda o *explicar*, o que em certa medida significa apontar e sublinhar aqueles elementos que podem plausivelmente ter modelado e dirigido a consciência do autor mas estavam muito além dessa consciência e do que explicitamente admitia, e do que poderia ter admitido sem violentar seus pressupostos. Nesse caso, estamos tratando com sinais ou sintomas – o que evidentemente recomenda cautela, para que não tomemos o texto como resposta condicionada a condições que arbitrariamente admitimos como determinantes, como resultante vetorial de forças identificáveis e selecionadas. Sempre vale a pena lembrar que o pensamento é resposta, mas é também a escolha das perguntas que julga relevantes e implica em grande medida a definição prévia dos termos da questão. E se por um lado é verdade que “a humanidade só coloca os problemas que pode resolver”, por outro, como se sabe, os termos em que um problema é equacionado determinam a natureza e a ordem de grandeza das respostas.

As respostas são filhas das perguntas. Há filhos rebeldes, que rompem com as imposições paternas e superam as limitações do meio em que foram educados – e nesse sentido, para citar a célebre sentença, eles serão aquilo que conseguirem fazer daquilo que as circunstâncias fizeram deles. Ainda assim, carregarão consigo, pelo menos, a marca indelével de um patrimônio genético.

PEQUENO GUIA PARA REDIGIR DISSERTAÇÕES, TESES E RELATÓRIOS DE PESQUISA

Coletar e analisar dados é apenas uma parte do trabalho do o pesquisador. Depois disso, ele enfrenta um desafio igualmente difícil: apresentá-los de modo que sejam inteligíveis e utilizáveis por outras pessoas. Para isso se redige um relatório, uma dissertação, tese ou monografia.

A primeira dificuldade é descobrir exatamente quais, dentre os diferentes aspectos de suas descobertas, interessam mais diretamente aos diferentes tipos de leitores. Alguns destes são também pesquisadores, interessando-se pelo conjunto da investigação. Pretendem estudar os métodos, técnicas, dados e documentos utilizados, procuram revisar cuidadosamente as análises, para enfim julgar as conclusões. Alguns talvez pretendam mesmo refazer as experiências e observações, reestudar as fontes, para verificar os resultados. Ainda alguns desses leitores mais atentos estarão a caminho de pesquisas adicionais, complementares àquela que você realizou. Mas existem também aqueles que irão buscar, no seu texto, apenas as conclusões e resultados, ou ainda as recomendações práticas derivadas da análise.

Assim, a menos que você esteja produzindo uma pesquisa quase que totalmente dirigida e conheça muito bem o seu público-alvo, proceda como se estivesse escrevendo para leitores com interesses muito variados e níveis de exigência também desiguais. O

melhor caminho, nesse caso, é redigir um registro *estruturado e completo*: expor o seu problema, o método de abordá-lo, as análises e conclusões. Isto dará aos leitores a possibilidade de decidir: aqueles que tenham interesses bastante específicos poderão concentrar-se nos aspectos do relatório que julgam mais importantes para eles. Para facilitar a vida desses leitores, leve a sério a confecção de adequados “sinais de trânsito” no seu texto, principalmente se ele for longo: sumários bem detalhados, índices temáticos e analíticos, resumos de partes e capítulos dão ao leitor a opção de deter-se mais neste ou naquele ponto da sua exposição.

Se você estiver trabalhando basicamente com dados quantitativos, talvez possa iniciar a feitura do relatório com a construção de tabelas e gráficos necessários à exposição de seu material. Logo depois de montar cada uma das tabelas ou gráficos, escreva os comentários a respeito, “pregando-os” nas figuras ou quadros. Se os dados forem basicamente qualitativos, você pode usar um procedimento um pouco parecido. Agrupe as anotações conforme os tópicos específicos a que elas se referem; escreva a discussão-comentário do tópico correspondente e “pregue-a” junto às fichas de referência e anotação.

A partir desse ponto, elabore um esboço numerado, isto é, estruturado em itens e subitens, mostrando de que modo e em qual sequência os diferentes tópicos deveriam ser apresentados. Se estiver escrevendo em papel (e não em um computador), registre cada ponto em uma página separada, mesmo que o enunciado de ca-

da ponto seja curto. Desse modo você pode reorganizar a ordem dos tópicos, como as fichas, sem precisar cortar, colar, reescrever.

Lembre-se de que uma exposição clara, exata, ordenada e completa tem ainda uma segunda utilidade, uma utilidade para o próprio pesquisador. É que, frequentemente, quando procuramos escrever um relatório detalhado, acabamos por descobrir erros ou pontos que necessitem mais pesquisa e reflexão. Uma cuidadosa exposição do procedimento de pesquisa, passo a passo, pode ajudar bastante a esclarecer nossas próprias idéias. É evidente, ainda, que convém pedir a colegas e orientadores que leiam os rascunhos e dêem sugestões. Pode ser útil, ainda, organizar exposições orais do relatório, com base nos esquemas preliminares acima mencionados, para testar a consistência da futura apresentação escrita.

A FORMA E O ESTILO

Um texto de boa qualidade deve ter clareza, estrutura lógica, análises bem fundadas e, de preferência, um estilo fluente e sedutor. Mas para cativar seu leitor, é preciso que você mesmo esteja convencido de que os resultados de seu trabalho merecem tal esforço. Sem essa convicção, pode estar certo de que será bem difícil de produzir um bom texto...

Um texto legível não é apenas escrito em bom português, sem erros gramaticais. É, em primeiro lugar, algo que não deixa o

leitor confuso a respeito daquilo que se quer dizer, nem aborrecido com a forma da exposição. Seriedade e honestidade não são sinônimos de monotonia e enfado. É difícil conciliar rigor e apresentação cativante, e com certeza temos de fazer escolhas complexas no momento da exposição. Por exemplo: como selecionar todos os detalhes pertinentes e relevantes – e excluir aqueles que não o são? Durante a pesquisa, você deve ter colecionado uma série de ilustrações, imagens, exemplos e passagens anedóticas que muitas vezes “enfeitariam” o texto. Mas o exagero pode desviar o verdadeiro objetivo do relatório, que é informar sobre sua investigação.

Procure sempre a clareza, a exatidão e a meticulosidade – esses cuidados visam evitar que o leitor interprete equivocadamente aquilo que você disse. Além disso, os materiais que você expõe devem ser encadeados de tal modo que evitem falhas e vazios, na passagem de um ponto para outro. Procure sempre evitar os excessos retóricos, controle as metáforas, a linguagem demasiado coloquial, os termos vulgares, os estrangeirismos e as gírias. Evite também o excesso de jargão e os dialetos profissionais, muito especializados. Procure sempre utilizar as palavras no sentido usual, moderando o uso daqueles termos técnicos que são familiares apenas a pessoas com considerável formação numa área específica de conhecimento.

Em certas disciplinas, palavras de uso comum adquirem significado técnico especial. Muitas vezes, a pressa, inexperiência ou a nossa própria familiaridade nos levam a esquecer de definir es-

sas expressões. Nesse caso, nosso relato será pouco acessível ao leitor que tenha formação um pouco diferente. Há ocasiões em que a clareza impõe a repetição de termos e expressões, mesmo que isto pareça menos elegante literariamente. Contudo, você deve sempre tentar unir informação clara e precisa com um razoável grau de leveza estética.

O texto final deve utilizar recursos sinalizadores que ajudem a legibilidade. É para isso que serve uma adequada divisão em parágrafos, ou o uso de sentenças especiais que sintetizem tópicos – ou parágrafos destacados no meio de uma seção do texto. Os outros recursos da exposição devem ser utilizados equilibradamente: ilustrações, exemplos, títulos e subtítulos para seções, referências em rodapés, bibliografia completa e corretamente indicada.

Pode parecer detalhe, algo secundário, mas cuidado com a divisão em parágrafos. Um parágrafo não deve conter idéias demais, com um número muito grande de orações intercaladas, alusões, digressões, etc. Demasiado curto ou demasiado longo, ele diminui a legibilidade do texto. Considere, como regra geral, que um parágrafo não deveria ser mais longo do que uma dúzia de linhas datilografadas. Parágrafos bastante curtos devem ser usados raramente; parágrafos de única frase, quase nunca. Tente, sempre que possível, utilizar uma sentença “tópica” no começo ou no fim de cada parágrafo – isto é, uma sentença que indique sinteticamente seu conteúdo ou propósito.

Leve em conta que você precisa interessar o leitor, mostrando as provas de seu argumento modo claro, exato e instigante. Ao mesmo tempo, deve preocupar-se em incluir todas as provas – fatos, documentos e referências. Alguns desses elementos devem ser expostos quase exatamente como foram coletados. Mas os dados numéricos, por exemplo, devem receber tratamento prévio: devem ser agrupados, classificados ou tabulados. Algumas vezes eles podem ser demasiado volumosos e enfadonhos, congestionando o corpo do texto. Outras vezes nem todos os dados são relevantes – quando por exemplo a análise é feita com base em grande número de entrevistas, registros ou depoimentos, dos quais apenas uma parte do material bruto é pertinente ao seu tema. Em ambos os casos, pode ser boa estratégia manter no corpo do texto um resumo, apenas indicando os dados primários, os quais, eventualmente, podem ser reproduzidos por extenso num apêndice. Mas cuidado: seu relatório, em alguma parte, deve trazer todos os dados, especialmente aqueles que são originais no estudo, de modo que o leitor tenha critérios para julgar a sua interpretação.

Os dados numéricos geralmente são apresentados em tabelas – e estas devem ser montadas conforme regras enunciadas nos bons manuais de técnicas estatísticas. Preste atenção nessas normas e recomendações, para produzir quadros consistentes, completos e coerentes. Mas acima de tudo leve em conta que o seu texto não deve ser um exercício de paciência, em que o leitor gasta tempo tentando livrar-se das suas tabelas. Aliás, na grande maioria

das vezes, bom texto é aquele em que se pode compreender razoavelmente o argumento com pouca ou mesmo nenhuma referência às tabelas. E, em geral, deve-se evitar que o texto seja a tabela exatamente transcrita, só que sem números. Em suma, o texto não deve repetir as tabelas, mas delas extrair conclusões. Pense que se o leitor deseja conhecer o fundamento das interpretações, ele pode consultar as tabelas e fazer seu próprio caminho dedutivo.

Tome cuidado também com as informações coletadas por outros autores e utilizadas no seu trabalho. O leitor deve ter como consultá-los ou pelo menos conferir a veracidade dos dados. Às vezes, trata-se de fonte facilmente encontrável numa biblioteca, por exemplo – nesse caso, basta a referência no rodapé, reduzindo a quantidade de citações e paráfrases. Pode ocorrer, contudo, que o trabalho em questão não tenha sido publicado (ou traduzido); pode ser material de difícil acesso, disponível em poucas cópias, ou em bibliotecas privadas. Nesse caso, convém que as referências sejam muito precisas e as citações suficientemente longas para reconstruir em boa medida o contexto, evitando a acusação de que você escolheu apenas algumas frases, e justamente aquelas que reforçam o seu argumento...

FORMATOS GERALMENTE UTILIZADOS NA APRESENTAÇÃO DE DADOS E EVIDÊNCIAS

Uma exposição pode ter diferentes formas: texto, tabelas e quadros, gráficos, mapas. Seu relatório pode ter apenas um desses elementos, ou todos eles ao mesmo tempo.

A forma textual descreve ou explica os fatos, evitando tanto quanto possível repetições. É com frequência recomendável colocar os dados quantitativos na forma de tabelas ou de gráficos, já que às vezes a forma narrativa pode cansar o leitor e portanto reduzir a eficiência do seu trabalho. As informações gerais, que contextualizam os dados, os materiais inéditos, raros e específicos, as referências e ilações – tudo isso deve estar em forma de texto. Se você julgar necessárias passagens muito longas de outros autores, relevantes para o estudo, procure colocá-las em um apêndice.

A forma tabular é utilizada para apresentar dados quantitativos. Como já dissemos, as tabelas devem ser completas, tendo sentido em si mesmas, compreensíveis mesmo sem a explicação textual. Além disso, devem ser numeradas e ter um título suficientemente descritivo e cuidadosa indicação da fonte dos dados. Evite tabelas demasiado complexas, seja pelo número de dados, seja pela quantidade de conexões estabelecidas. Isso dificulta o controle, o manuseio e a compreensão. É preferível que uma tabela caiba numa única numa página. Considere a possibilidade de reorganizar os materiais contidos em tabelas muito amplas, subdividindo-a em

outras tabelas menores. A colocação da tabela também é importante para a qualidade do relatório: tente que ela fique o mais próximo possível do lugar do texto onde é discutida, para que o leitor não seja forçado a deslocar-se páginas para a frente e para trás, para ver os quadros.

O uso de gráficos tem demonstrado muita eficiência persuasiva e demonstrativa, por exemplo, quando se trata de apresentar dados nos quais são importantes as mudanças ao longo do tempo. Gráficos de linhas ou barras, mapas com pontos indicando distribuições em determinadas áreas, etc. podem complementar a exposição textual ou tabular. Apelando ao sentido visual do leitor eles permitem que complicados conjuntos de conexões e tendências sejam revelados e interpretados rapidamente. Procure também numerar os gráficos, para facilitar a referência e localização; como as tabelas, devem ser limitados a uma página, ter títulos descritivos e menção da fonte dos dados.

AS PRINCIPAIS PARTES DO RELATÓRIO

Em geral, o corpo principal do relatório tem as seguintes partes:

- (1) exposição do objeto, da relevância e dos motivos do estudo;
- (2) descrição da problemática em que se insere a pesquisa e da metodologia utilizada;

- (3) apresentação e análise das provas e evidências (dados e documentos);
- (4) Conclusões – onde geralmente se inclui também um sumário ou balanço do conjunto do estudo.

Quantos capítulos tem cada uma dessas partes? Isso depende do estilo do autor, mas também da natureza do projeto e dos interesses e características dos leitores que pretendemos atingir. De qualquer modo, como regra geral, observe que a apresentação das evidências e a análise correspondente devem ocupar sempre o maior número de páginas do relatório.

A INTRODUÇÃO

A introdução aparece no início do relatório, mas não é redigida, integralmente pelo menos, no início. A sua forma final só pode ser escrita quando você já conhece as conclusões e a estrutura do trabalho, embora apresente ao leitor essas informações na forma da pergunta e da dúvida.

Uma boa introdução deve:

1. Definir o problema e descrever seus contornos gerais, incluindo a explicitação de palavras-chave, conceitos e categorias especiais que serão utilizadas no estudo.
2. Dividir o problema em seus elementos constitutivos e operacionais, gerando questões claras, a serem respondidas na sequência do trabalho.

3. Descrever o escopo e os limites do projeto de investigação que você empreendeu (inclusive os limites determinados pelas fontes);
4. Estabelecer relações entre o seu estudo e outros trabalhos existentes na área ou disciplina. Já nos referimos a isso, anteriormente: relacionando o problema tratado pelo estudo com a problemática em que se insere, desenha-se também o quadro de filiações (e discordâncias) do autor com relação a modelos analíticos já existentes;
5. Expor a necessidade, relevância, utilidade e (se couber) eventuais implicações do estudo.
6. Anunciar a concatenação entre as diferentes etapas da exposição.

Na montagem dessa introdução, leve em conta que o objetivo geral deve ficar claro desde logo, se possível nos parágrafos iniciais. Indique o contexto histórico e a importância atual do problema, de modo que fique claro o significado de sua investigação. Em seguida, mostre como abordará o seu objeto de estudo, indicando pelo menos os seguintes elementos: (a) as fontes dos dados, sua confiabilidade e adequação; (b) as técnicas manuseadas para analisar os dados (indique ainda porque julga que elas são adequadas à solução do problema); (c) a terminologia técnica empregada; (d) as hipóteses e pressupostos do estudo.

Tenha o cuidado de ser muito explícito e claro nessa descrição, como se estivesse colocando nas mãos do leitor a possibilidade

de repetir plenamente a investigação que você mesmo fez, de modo a corroborar ou refutar as suas descobertas. A introdução tem que ser clara e completa. A partir desse ponto, o leitor deverá estar sabendo o que encontrará em seguida: quais são as questões, os objetivos e pressupostos, a terminologia, o quadro teórico-analítico, as fontes de dados, as técnicas com que são manuseados.

A APRESENTAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS - DADOS E DOCUMENTOS

Esta é a parte do relatório que com certeza mais interessará aos leitores que desejam estudar detalhadamente o problema. Portanto, todos os passos relevantes da sua interpretação devem ser sustentados por rigoroso raciocínio lógico e consistentes fatos empíricos. O número de capítulos e sua extensão dependem da quantidade e da natureza dos elementos a serem expostos. De qualquer modo, é nesta parte do trabalho que devem ser apresentadas todas as evidências que resultem das análises. Os dados relevantes devem ser descritos plenamente e analisados em detalhe.

Procure estruturar os elementos de sua demonstração, separando-os em tópicos e identificando-os com títulos e intertítulos adequados. Eis aqui uma sugestão para estruturar seu argumento:

1. Defina as questões (ou hipóteses) que estão especificamente em exame.
2. Apresente os dados relevantes

3. Interprete os dados
4. Forneça conclusões e interpretação para cada uma das questões e hipóteses específicas colocadas no item 1.

Nunca é demais mencionar alguns perigos e tentações. Procure evitar que excessos nos detalhes e aspectos específicos impeçam a visão do objetivo principal do estudo. Existe sempre a tentação de alongar-se sobre tópicos a respeito dos quais é mais fácil obter informação, reduzindo o empenho sobre aqueles de mais difícil acesso. Acontece que infelizmente nem sempre aquilo que é mais fácil de descobrir é mais importante para entender o fenômeno. Além disso, muitos pesquisadores, no momento de redigir, têm pena de deixar de lado todas as fichas de referência ou anotações de leitura que fizeram antes, mesmo quando essas informações desviem a atenção frente ao problema central do estudo. Evite esse risco e busque uma apresentação enxuta e ordenada. Pode ser útil submeter seu relatório ao seguinte teste de qualidade:

1. O conjunto do texto responde adequadamente a todas as principais questões enunciadas na introdução?
2. Quando há respostas para questões secundárias, elas ajudam a esclarecer as questões principais?
3. Ou, ao contrário, concedemos demasiada atenção às questões menores, em prejuízo das principais?
4. Foram eliminados todos os materiais não essenciais ao relato?

6. Existe alguma distorção interpretativa causada pela omissão de evidências?
7. Existe distorção proveniente dos métodos pelos quais foram obtidos os dados e informações?
8. O texto contém um número excessivo de exemplos, citações, estatísticas?
9. Ou, pelo contrário, deveria ter ainda mais exemplos, citações e números, para permitir a compreensão plena do debate?
10. As tabelas mostram, em si mesmas, de modo claro, aquilo que eu digo que elas dizem?
11. O texto final não está demasiado “técnico”, parecendo muito mais uma espécie de exercício de erudição, exibição de habilidades, matemáticas, lingüísticas, etc.?
12. É possível imaginar interesses e preconceitos que tenham levado a distorções ou tenham mesmo determinado o próprio modo de ver e formular os problemas?

AS CONCLUSÕES

Procure escrever esta seção do trabalho como se ela pudesse existir por si mesma. Conforme já lembramos, há leitores que prestarão atenção quase exclusivamente na introdução e nas conclusões. Estas duas partes devem ter sentido em si mesmas e, ao mesmo tempo, espelharem uma a outra. Por isso, a conclusão deve

conter uma síntese dos capítulos precedentes, além de indicar o(s) problema(s) investigado(s), as fontes dos dados e o método de análise, bem como os resultados ou soluções que o pesquisador encontrou. Em alguns casos, quando a natureza do projeto exigir, aqui deve ser apontada ainda as aplicações permitidas pelo estudo, ou as recomendações do autor com relação ao problema em causa. Qual o grau de detalhe de cada um desses pontos? Isso depende em parte do tipo de apresentação e análise feitas nos capítulos anteriores. Mas preste atenção num cuidado fundamental: o capítulo conclusivo não é lugar para introduzir novos dados e documentos, nem análise nova sobre os materiais apresentados.

O momento em que estiver redigindo esta parte pode ser excelente oportunidade para revisar rapidamente – mas sem repetir – os elementos de evidência que reuniu e analisou sobre cada uma das conclusões. É um bom teste para garantir que você apresentou, nos capítulos anteriores, elementos que sustentam de modo pleno e seguro as generalizações ou conclusões que está propondo.

Também aqui, no momento de escrever conclusões, é útil lançar algumas dúvidas e provocações, como um teste para julgar a consistência e a confiabilidade de seu relatório:

1. As conclusões são amplas demais, quando confrontadas com as evidências que as sustentam?
2. Ou, pelo contrário, as conclusões são pobres ou insuficientemente amplas, à luz dessas evidências?

3. Os dados e documentos são adequados para as conclusões, em quantidade e qualidade?
5. Seria mais prudente limitar, qualificar, relativizar as conclusões?
3. Foi omitida alguma evidência que eventualmente pudesse enfraquecer as conclusões estabelecidas?
4. As relações causais estabelecidas são plenamente sustentáveis, ou as evidências apenas indicam que um fato segue o outro, sem comprovar necessariamente uma causalidade?

Lembre que as conclusões devem sempre estar apoiadas em provas que você apresentou anteriormente. Mas não fique obcecado em qualificar, limitar e relativizar indefinidamente as conclusões, caso contrário o relatório e a pesquisa parecerão quase sem aplicações à vida e aos problemas reais. Cabe a você avaliar os materiais de que dispõe, analisando, concluindo, generalizando e apresentando recomendações, quando for o caso. Quando precisar enunciar juízos de valor, eventualmente contrariando convicções e interesses estabelecidos, faça-o explicitamente, com toda a clareza, justificando seu próprio julgamento e explicitando seus critérios.

Este capítulo pode ainda indicar tópicos que exijam outras pesquisas. Você pode concluir que certo tipo de técnica ou método de análise é útil dentro de certos limites. Nesse caso pode ser pertinente formular questões do seguinte tipo: “e se as circunstâncias sofressem tais e tais alterações, a técnica também seria bem sucedida?”. Além disso, temas e problemas laterais, inesperados, podem ser sugeridos pela própria investigação: você deve indicá-los.

Você pode ainda chegar à conclusão de que os procedimentos que utilizou não cobrem todas as possíveis situações em que o problema aparece, de modo que se recomenda pesquisa ulterior, alterando os procedimentos para preencher essa lacuna. Estudos exploratórios e descritivos devem indicar quais testes adicionais – mais amplos em extensão e/ou profundidade – são necessários antes que as conclusões sejam extraídas e validadas. Todas estas indicações, no sumário de seu relatório, podem sugerir outros projetos de investigação.

Há pesquisas que permitem gerar recomendações práticas, iniciativas, políticas e atitudes. Nesse caso, elas devem ser afirmadas com clareza. Evidentemente, o autor do estudo é a pessoa mais indicada para formulá-las. Contudo, procure garantir que as recomendações sejam sustentadas pelas evidências que apresentou, evitando o teor meramente opinativo. Além disso, esteja certo de que elas dizem respeito ao problema efetivamente investigado – e não a assuntos paralelos insuficientemente estudados.

DO RASCUNHO INICIAL À REVISÃO

A etapa da revisão não é fácil, e geralmente exige mais tempo do que a feitura do primeiro rascunho. O primeiro grande problema é julgar seu próprio trabalho de maneira objetiva, com o distanciamento de um outro observador, que pela primeira vez tomasse o seu texto diante dos olhos. Experimente deixar a primeira

versão “esfriando” durante alguns dias, para esquecer pelo menos as falhas maiores. Talvez com essa simples providência você já seja capaz de localizar erros e lacunas nos originais. Se puder alternar entre partes diferentes do trabalho, de modo a lê-las em épocas um pouco distantes, isso também ajuda a aumentar sua objetividade. A familiaridade com o assunto é imprescindível para o pesquisador, mas é também um obstáculo no momento de reconhecer lacunas, cacoetes, vícios de expressão e outros defeitos potenciais do relatório. É também um obstáculo à percepção daquilo que seria o ponto de vista do outro, do leitor não tão familiarizado com o tema e ao qual você pretende comunicar sua investigação. Como é evidente, também nesse momento a leitura de colegas e colaboradores é essencial e extremamente útil.

Como já dissemos, o momento de redigir pode ser extremamente útil para que você perceba erros de raciocínio, assim como fragilidades e insuficiências nos seus dados e documentos. A revisão do relatório pode mostrar a necessidade de pesquisar mais, localizando conclusões errôneas e precipitadas, melhorando a sequência da exposição. Antes de começar a redigir a versão final, releia cuidadosamente os últimos rascunhos, teste a ordenação lógica, a unidade, a coesão, os encadeamentos entre as idéias, a clareza das expressões, a exatidão e a adequação dos dados, a precisão das afirmações. Julgue a qualidade do rascunho antes, para depois redigir a versão final, acabada e burilada. Para isso, talvez seja útil formular algumas perguntas, tais como aquelas que mencionamos a seguir.

ROTEIRO PARA VERIFICAR A QUALIDADE FINAL DO RELATÓRIO DE PESQUISA

Relatórios de pesquisa, monografias, dissertações e teses têm sempre elos fracos e fortes. Nem sempre é fácil detectá-los. Tente utilizar as perguntas e provocações que indicamos a seguir, algumas coletadas de outros autores, outras sugeridas em parte pelo bom senso e em parte pela experiência.

Aspectos gerais

1. Comece pelo título: ele é breve e ao mesmo tempo capaz de indicar claramente o problema selecionado?
2. A primeira leitura deixa a impressão de uma totalidade clara e lógica?
3. A forma de expressão prende a atenção do leitor e facilita o acompanhamento da discussão?
4. O estilo é preciso, simples e direto?

Apresentação do problema

1. Boa escolha e competente definição do problema já constituem um mérito. Verifique se o objetivo do estudo é claramente exposto e delimitado.
2. Você indica o contexto histórico e possíveis implicações do problema, de modo a permitir um julgamento sobre o seu significado e relevância?

3. O tema geral foi adequadamente subdividido em partes menores, com a formulação de questões mais específicas, operacionais, concretas e localizadas?
4. Foi realizado um bom balanço dos estudos anteriores sobre o problema?

Metodologia

1. Os procedimentos da pesquisa foram descritos com clareza e precisão? Foram justificados?
2. Existe adequação entre a metodologia escolhida e o tipo de problema? E com os dados e documentos utilizados?
3. Foi mencionada a rejeição de modelos e metodologias alternativos? Foram expostos os motivos?
4. A coleta de dados foi cuidadosa e sem margem para equívocos? Foram explicados os riscos de distorções e os modos de evitá-los?
5. Os dados são exatos, precisos e adequados aos objetivos da investigação?
6. Os dados apresentados são relevantes e logicamente encadeados? O material claramente supérfluo foi eliminado?
7. A análise levou a respostas para o problema equacionado na introdução?
8. Fórmulas, equações e passagens técnicas foram corretamente utilizadas e claramente expressas?
9. As implicações da análise foram plena e claramente enunciadas?

Conclusões

1. Lembre mais uma vez: não devem ser introduzidos, aqui, dados e documentos novos.
2. O problema foi breve mas adequadamente descrito? Idem, quanto ao modo pelo qual se tentou solucioná-lo?
3. O capítulo resume as argumentações anteriores?
4. Foram enunciadas conclusões, estimativas, julgamentos, generalizações e sugestões práticas?
5. As conclusões são baseadas rigorosa e estritamente em dados que foram plenamente expostos?
6. Há passagens que expõem apenas a opinião do autor?
7. Foram estabelecidos com clareza os limites quanto à extensão das respostas e ao grau de generalização que as conclusões permitem?
8. As recomendações práticas parecem sensatas?
9. Foram sugeridos rumos para pesquisas futuras?

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not
wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0XX 19) 788.1604 / 788.1603
Telefax (0XX 19) 788.1589